



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**ANGELICA MELO BARRETO
DANDARA COSTA DE SOUZA**

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA ATIVIDADE MINERADORA NO
PAE JURUTI VELHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

**SANTARÉM-PA
2025**

**ANGELICA MELO BARRETO
DANDARA COSTA DE SOUZA**

**Impactos socioambientais causados pela atividade mineradora no PAE Juruti Velho: uma
revisão integrativa da literatura**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências
Ambientais para obtenção de grau em Bacharel
em Ciências Ambientais; Universidade Federal
do Oeste do Pará; Instituto de Formação
Interdisciplinar e Intercultural.
Orientadora: Prof. Fernanda Folster de Paula

**SANTARÉM-PARÁ
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

-
- B273i Barreto, Angelica Melo
Impactos socioambientais causados pela atividade mineradora no PAE Juruti Velho: uma revisão integrativa da literatura./ Angelica Melo Barreto, Dandara Costa de Souza. - Santarém, 2025.
30 p.
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Fernanda Folster de Paula.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais.
1. Amazônia. 2. Impactos socioambientais. 3. Comunidades tradicionais. 4. PAE Juruti Velho. I. Souza, Dandara Costa de. II. Paula, Fernanda Folster de, *orient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 363.7



Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA
Instituto de Formação Intercultural e Interdisciplinar - IFII
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais - BICA

Assinatura do orientador(a)

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 09 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e 25, às 10 horas, realizou-se na sala 306 do(a) BMT-II - Ufopa Tapajós, a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso dos discentes Angélica Melo Boneto e Dandara Costa de Souza intitulado "Impactos socioambientais causados pela atividade mineradora no PAE Inuti Velho: uma revisão integrativa da literatura", como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciências Ambientais. Os trabalhos foram conduzidos pelo(a) professor(a) Fernanda Fabsten de Paula, orientador(a) dos discentes e presidente da Banca Examinadora, constituída, também, pelos membros convidados Sandra Maria Sousa da Silva e Priscila Saikowski Miranda. Após apresentação do Trabalho de Conclusão e Curso, a Banca Examinadora passou à arguição dos discentes. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre a apresentação e defesa oral dos discentes, considerando-os aprovados. Proclamados os resultados pelo(a) presidente da Banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu Fernanda Fabsten de Paula, na qualidade de professor(a) orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso avaliado, lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

Santarém/PA, 09 de dezembro de 2025.

Presidente/orientador(a): Fernanda Fabsten de Paula

Membro: Priscila Saikowski Miranda

Membro: Sandra Maria Sousa da Silva

**ANGELICA MELO BARRETO
DANDARA COSTA DE SOUZA**

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA ATIVIDADE MINERADORA NO
PAE JURUTI VELHO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais para obtenção de grau em Bacharel em Ciências Ambientais; Universidade Federal do Oeste do Pará; Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural.

Orientadora: Prof. Fernanda Folster de Paula

Conceito: 8,4

Data da defesa: 09/11/2025

Dra. Fernanda Folster de Paula - Orientadora
Universidade Federal do Oeste do Pará

Dra. Priscila Saikoski Miorando
Universidade Federal do Oeste do Pará

Dra. Sandra Maria Sousa da Silva
Universidade Federal do Oeste do Pará

**SANTARÉM-PARÁ
2025**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido forças para chegar até aqui.

Aos meus familiares que deram apoio e acreditaram junto comigo nesse sonho, principalmente minha irmã Ana Caroline.

À Jeniffer, Renata, Leticia, Gabriel e Luiz que estiveram ao meu lado nessa caminhada.

À minha orientadora Fernanda Folster de Paula, por ter nos conduzido com tanta sabedoria na construção desse trabalho de conclusão de curso.

À Angélica Barreto, minha parceira de trabalho por ter compartilhado comigo essa caminhada.

E à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) por ser uma porta aberta à realização de sonhos.

Dandara Costa de Souza

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me concedido força, saúde e determinação para não desistir diante dos obstáculos e conduzir este trabalho até o fim.

Aos meus pais, Aauto Lira Barreto e Luzineia de Sousa Melo, por serem meu alicerce de vida, por todo amor incondicional e por todo apoio ao longo da minha trajetória acadêmica.

Aos meus pais do coração, Herilene Santos e João Aguiar, que com todo apoio e carinho inesgotáveis me deram o maior incentivo do mundo, fazendo-me acreditar em minha capacidade de alcançar meus objetivos.

Aos meus irmãos Antônio Carlos Barreto e Nadson Barreto, Ana Carolina e Anatacha, por estarem sempre presentes, por acreditarem em mim e por serem minha maior motivação.

Aos meus amigos e irmãos, Gustavo Santos, André Santos, pela amizade, por sempre estarem do meu lado, por terem me apoiado e acreditado no meu potencial.

À minha amiga e irmã, Geovanna Santos, por ser minha inspiração tanto profissionalmente quanto como pessoa, sua crença em seu sucesso e seu apoio inabalável foram fundamentais em todos os momentos.

À minha Orientadora Fernanda Folster de Paula, pela orientação atenciosa e pela paciência em guiar os caminhos desta pesquisa. Seu conhecimento foi o farol que iluminou as decisões deste trabalho.

À Dandara Costa pelo companheirismo, pelas discussões enriquecedoras e pela colaboração essencial para concluirmos este trabalho.

À Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), por oferecer ambiente acadêmico e base de conhecimento necessário para a minha formação e para a concretização desta pesquisa.

Angelica Melo Barreto

RESUMO

A implantação de grandes projetos de extração mineral na Amazônia tem sido um dos principais causadores de conflitos socioambientais, acarretando perdas e danos tanto para as comunidades tradicionais, que tem seu estilo de vida alterado, quanto para o meio ambiente, que muitas das vezes é o meio de subsistência dessas populações. Em diálogo com os aportes teóricos do debate sobre o neoextrativismo, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos decorrentes da mineradora Alcoa no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho, que enfrenta diversos desafios após a instalação da base da mineração na sua região. A pesquisa foi feita a partir da revisão integrativa de literatura, com consultas feitas na Plataforma Scielo, na Plataforma de Periódicos da CAPES, e na Academia.edu. Espera-se que esse estudo contribua para ampliar a compreensão dos impactos socioambientais vinculados a este megaprojeto.

Palavras-Chaves: Amazônia; impactos socioambientais; comunidades tradicionais; PAE Juruti Velho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivo geral.....	12
2.2 Objetivos específicos.....	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1 Impactos Socioambientais.....	13
3.2 Extrativismo e neoextrativismo.....	13
4. METODOLOGIA.....	15
5. RESULTADOS.....	16
5.1 Quadro de trabalhos encontrados.....	16
5.2 Síntese dos trabalhos revisados.....	17
5.2.1 “Mineração e Campesinato no Município de Juruti (PA)”, de João Santos Nahum (2012).....	17
5.2.2 “Os royalties da mineração e o sistema da dádiva em Juruti Velho - Juruti, Pará”, de Katia Demeda e Luciana de Carvalho Gonçalves (2018).....	18
5.2.3 “A configuração da mineração e o ordenamento territorial nos municípios de Juruti e Santarém na Amazônia brasileira”, de Ricardo Theophilo Folhes, Otávio do Canto Lopes, Daniel Sombra, Marília Gabriela Lobato (2022).....	19
5.2.4 “Projeto de Desenvolvimento Rural no município de Juruti (PA): Estudo de caso da Comunidade São Pedro”, de Isabela Andrade de Castro, João Santos Nahum (2014).....	19
5.2.5 “Mineração na Amazônia e impactos na nascente da microbacia do rio água boa em Juruti”, de Edilson Santarem Marturano, Edivim Gomes da Silva, Odilane dos Santos e Ronilton Bastos (2016).....	20
5.2.6 “Juruti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração”, de João Marcio Palheta da Silva e Christian Nunes da Silva (2016).....	21
5.2.8 “Os polos de Carajás e Juruti na Amazônia oriental: desenvolvimento regional ou industrialização”, de Carina Cipolat e Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte (2021).....	22
5.3 Quadro de sistematização dos impactos socioambientais encontrados na revisão de literatura	24
6. DISCUSSÃO.....	26
7. CONCLUSÃO.....	28
8. REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

A expansão da mineração na Amazônia evidencia as contradições de um modelo de desenvolvimento centrado na exploração intensiva de recursos naturais. A atividade de mineração é frequentemente apontada como uma das principais fontes de danos socioambientais na região amazônica. (Folhes *et al*, 2022) Atualmente existem 45.065 concessões mineradoras ativas ou em processo de aprovação (Bossi, 2024), a maioria dessas concessões estão localizadas em áreas protegidas e terras indígenas.

Em Juruti, Oeste do Pará, a instalação de um grande empreendimento minerador para extração de bauxita provocou mudanças profundas, atingindo diretamente o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho, localizado no município de Juruti (PA). O PAE constitui um dos principais exemplos de território coletivo da Amazônia, e foi resultado da mobilização de cerca de 50 comunidades ribeirinhas que buscavam proteger seus modos de vida tradicionais diante das pressões da grilagem, do avanço do agronegócio e, posteriormente, da mineração de bauxita pela empresa Alcoa (Ferreira, 2016).

A Alcoa é uma das maiores empresas do setor de mineração e metalurgia do mundo, com destaque para a produção de bauxita, alumina e alumínio (Alcoa, 2025). Ela iniciou suas operações na região de Juruti em 2009, e desde então, a presença da Alcoa tem sido alvo de críticas de movimentos sociais, pesquisadores e comunidades locais, sobretudo em relação aos impactos socioambientais provocados pela atividade mineradora. Entre os principais pontos de tensão estão a degradação ambiental, as alterações nos modos de vida tradicionais e os conflitos fundiários envolvendo áreas como o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho, revelando as contradições entre a lógica empresarial da empresa e os direitos coletivos das populações amazônicas, (Acseirad *et. al* 2009).

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos socioambientais decorrentes da atividade mineradora no (PAE) Juruti Velho a partir da revisão integrativa da literatura, buscando compreender como a mineração tem interferido na vida cotidiana e no bem-estar das populações de Juruti. A escolha por este tema explica-se pela necessidade de dar ênfase aos conflitos e às consequências ambientais, sociais e culturais causadas pela atividade realizada pela mineradora Alcoa, que há anos atua no município de Juruti, no Oeste do Pará. A presença deste empreendimento minerário tem gerado diversas alterações no território, principalmente nas comunidades tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais para a sua subsistência.

Ademais, pretende-se relacionar os resultados aos debates sobre neoextrativismo, uma vez que este conceito permite contextualizar Juruti e o empreendimento da Alcoa como parte de um modelo regional e global de acumulação que se baseia na superexploração de commodities (Acosta, 2016b). Este modelo de acumulação tem sido organizado com forte intervenção estatal e tem provocado grandes impactos socioambientais, evidenciando a subordinação dos interesses locais e das demandas aos mercados externos (Acosta, 2016a).

Por fim, destacamos que a motivação para este estudo surgiu da vivência das autoras, moradoras do município de Juruti, o que permite perceber os impactos ambientais e sociais provocados pela mineração e os conflitos enfrentados pelas comunidades do entorno.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, os impactos socioambientais decorrentes da mineração no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho.

2.2 Objetivos específicos

- Revisar trabalhos acadêmicos existentes sobre impactos da mineração em Juruti, com ênfase no PAE Juruti velho.
- Identificar, através da revisão, os principais impactos socioambientais sobre áreas de uso coletivo, como pesca, igarapés e caça, assim como o deslocamento familiar, perdas de territórios, dentre outros.
- Discutir os resultados encontrados a partir dos aportes teóricos do debate sobre o neoextrativismo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Impactos Socioambientais

A mineração é uma das atividades mais impactantes em termos ambientais e sociais, gerando transformações profundas e até mesmo irreversíveis em ecossistemas e nas áreas em seu entorno. Segundo o Dicionário Crítico da Mineração (Milanez, 2018), os impactos ambientais constituem um conjunto de ações provocadas por um empreendimento sobre a sociedade e o meio ambiente, que buscam ser mitigados ou compensados por programas de Gestão Ambiental (Milanez, 2018).

Entretanto, tais impactos não ocorrem apenas no meio ambiente, eles também atingem os diversos grupos humanos que vivem próximas ou dependem da extração de recursos das áreas atingidas. Assim, é possível falar em impactos socioambientais. Os impactos socioambientais estão ligados a conflitos pelo uso, poder e propriedade dos recursos naturais, considerando as diferenças sociais e territoriais que são constituintes do desenvolvimento hegemônico (De Souza, Milanez, 2016).

Neste enquadramento, os impactos socioambientais surgem como expressão direta dos empreendimentos industriais, agrícolas ou minerários, e enfatizam a contradição entre a oratória do crescimento sustentável e a verdade da degradação ambiental e da exclusão social (De Souza, Milanez, 2016). Esses conflitos são produtos das diferentes formas de extração do meio natural, intermediadas por benefícios econômicos e políticos.

Dessa forma, os impactos socioambientais são multidisciplinares e políticos, envolvem tanto transformações ecológicas quanto disputas territoriais. Observa-se que estes impactos devem ser vistos não apenas como problemas a serem amenizados, mas como indicadores das contradições do modelo de desenvolvimento, abrindo espaço para a resistência e busca por justiça ambiental.

3.2 Extrativismo e neoextrativismo

O extrativismo é uma atividade que pode ser descrita como a extração de recursos do meio natural para a utilização pelos seres humanos dos territórios. De acordo com Acosta (2016b), o extrativismo pode ser caracterizado como “atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação” (Acosta, 2016b, p. 217). Desde o período colonial esse modelo de reservas financeiras têm sustentado o desenvolvimento dos países mais ricos por meio da degradação ambiental.

Acosta (2016b) afirma que o extrativismo vai além de uma prática econômica; é uma forma de dominação que se perpetua ao longo da história, configurando o que o autor chama de "maldição dos recursos naturais". Apesar da abundância de riquezas, os países extrativistas tendem a sofrer com problemas sociais, ambientais e muitos outros.

Nos últimos anos, principalmente desde o início dos anos 2000, esse modelo extrativo tem se transformado sob novas formas políticas e discursivas, resultando no que é conhecido como neoextrativismo. Esse conceito é amplamente investigado por Lucas Lenin Resende de Assis (2025). De acordo com o autor, “o avanço do neoextrativismo na América Latina, especialmente nas primeiras décadas do século XXI, representa uma inflexão paradigmática nas estratégias de desenvolvimento adotadas por países ricos em recursos naturais, como o Brasil” (Assis, p. 3, 2025). Apesar de estar imerso em discursos de sustentabilidade e luta contra a pobreza, o neoextrativismo preserva as estruturas coloniais de exploração e submissão.

Assis (2025) enfatiza que esse modelo se caracteriza pela intensificação da extração de recursos naturais, como minérios, madeira, energia e grãos, com apoio institucional do Estado e inserção nos mercados internacionais, principalmente a partir da década de 2000. Trata-se de uma atualização do extrativismo tradicional, que agora se manifesta com o verniz da tecnologia e da governança ambiental, mas que “reproduz lógicas coloniais de espoliação territorial e degradação ambiental” (Assis, p. 1, 2025). Segundo Acosta (2016b), o neoextrativismo fomenta a reprimarização da economia e foi largamente gestado no interior de governos que dizem promover a justiça social, identificados no campo da esquerda e da centro-esquerda.

Desse modo, o neoextrativismo amplia a contraposição entre a retórica do aumento e a efetiva reprodução da exclusão social e da depravação ambiental. Apesar de adotar um discurso voltado ao conforto coletivo, esse mantém-se sustentado pela exportação de recursos naturais e pela vulnerabilidade das instituições e mantendo a submissão econômica, provocando consequências irreparáveis sobre os ecossistemas e as populações locais.

4. METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão integrativa de literatura. Este tipo de revisão é considerado a mais abrangente entre os métodos de revisão (UNESP, 2015), pois possibilita a utilização de estudos com diversos delineamentos metodológicos. A revisão integrativa permite identificar, analisar e sintetizar o conhecimento já produzido sobre determinado fenômeno, de modo a oferecer uma visão crítica e abrangente dos estudos, bem como apontar lacunas e possibilidades para novas investigações (UNESP, 2015).

O critério de inclusão (UNESP, 2015) desse tipo de pesquisa determina o procedimento de amostragem, ou seja, determina quais trabalhos entraram na revisão. Quanto mais amplo for o objetivo da revisão, mais seletiva deverá ser a inclusão da literatura a ser considerada.

Para a realização da revisão da literatura foram realizadas buscas em quatro indexadores, Plataforma Scielo, Academia.edu, SCOPUS e no Portal de Periódicos da CAPES. Os critérios de inclusão (descritores) adotados foram: “Mineração” e “Juruti”, com objetivo de abranger os estudos que tratassem das consequências sociais e ambientais da implantação da mineradora no município de Juruti. Não foram incluídos trabalhos que tratam da mineração em outra localidade. O recorte temporal foi de 2009 a 2024, dado que 2009 é o ano de implantação da mineradora no município de Juruti.

Foram encontrados 13 artigos, sendo que 5 estavam duplicados. Com isto, 8 artigos foram selecionados para esta pesquisa. Não foram adotados critérios de exclusão, pois todos os resultados encontrados foram utilizados na pesquisa.

5. RESULTADOS

5.1 Quadro de trabalhos encontrados

Nome do artigo	Autores	Periódico	Em qual indexador foi localizado
Mineração e campesinato no município de Juruti (PA)	Nahum, João Santos	Mercator	Portal de Periódicos CAPES
Os royalties da mineração e o sistema da dádiva em Juruti Velho - Juruti, Pará	Demeda, Kátia; Carvalho, Luciana Gonçalves	Papers do NAEA	Portal de Periódicos CAPES
A configuração da mineração e o ordenamento territorial nos municípios de Juruti e Santarém na Amazônia brasileira	Folhes, Ricardo; Lopes, Otávio; Sombra, Daniel; Lobato, Marília.	Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento	Portal de Periódicos CAPES
Mineração na Amazônia e impactos na nascente da microbacia do rio água boa em Juruti	Marturano, E. S., & Gomes da Silva	Revista Geonorte	Portal de Periódicos CAPES
Projeto de desenvolvimento rural no município de Juruti (PA): Estudo de caso	Castro, Isabela Andrade; Nahum, João Santos	Revista Geoamazônia	Portal de Periódicos CAPES

da comunidade de São Pedro			
Juriti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração	Silva, João Marcio Palheta; Silva, Christian Nunes	GEOgraphia	Portal de Periódicos CAPES
Responsabilidade social na mineração e o ciclo político local	Donadelli, Flávia; Veiga, João Paulo; Brandão, Rodrigo; Martin, Scott.	Ruris	Portal de Periódicos CAPES
Os polos de Carajás e Juriti na Amazônia oriental: desenvolvimento regional ou industrialização	Cipolat, Carina; Bidarte, Marcos Vinicius Dalagostini	COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional	Portal de Periódicos CAPES

5.2 Síntese dos trabalhos revisados

5.2.1 “Mineração e Campesinato no Município de Juruti (PA)”, de João Santos Nahum (2012).

Publicado, em 2012, este artigo analisa as disputas territoriais entre a empresa Alcoa (Aluminium Company of America) com as comunidades do projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Juruti Velho no oeste do Pará. O estudo caracteriza um interessante capítulo da questão agrícola na Amazônia, discutindo a chegada de um grande projeto minerário e seus impactos sociais, econômicos e territoriais em torno das comunidades tradicionais. O autor parte da hipótese de que a implantação da Alcoa em Juruti consiste em um evento cartográfico, que reorganiza o território e altera o ambiente local, submetendo-o à lógica do capital global. O texto discute como o modo de vida tradicional, relacionado a agricultura familiar, pesca, extrativismo, entra em disputa com o modelo empresarial da exploração de mineração, que prioriza a exportação de matérias-primas e que gera a dependência econômica da região amazônica.

O autor aborda que desde o início das operações da Alcoa, que foi autorizada em 2005 e se instalou em 2009, Juruti passou por intensas transformações sócio econômicas. A exploração de minério gerou um aumento populacional (de 23 mil habitantes em 2000 para mais de 47 mil em 2010), ocasionou um aumento por demandas imobiliárias e uma nova estrutura urbana, voltadas à demanda dos funcionários da empresa. A economia local passou a ser altamente dependente da indústria e dos serviços associados à mineração, enquanto a agropecuária perdeu importância. Diante disso, surgiu a Acorjuve (Associação Comunitária da Região da Gleba Juruti Velho), apoiada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por missionários católicos. A associação liderou o movimento de resistência Juruti em Ação, que em 2009, realizou um protesto histórico, ocupando por nove dias o porto, a ferrovia e a base da empresa.

O estudo conclui que Juruti representa um marco histórico entre mineração e campesinato na Amazônia, em que as comunidades tradicionais lutam por suas terras e também por participação nos lucros de um grande empreendimento minerário.

5.2.2 “Os royalties da mineração e o sistema da dádiva em Juruti Velho - Juruti, Pará”, de Katia Demeda e Luciana de Carvalho Gonçalves (2018).

Este artigo foi publicado em 2018 e analisa as transformações sociais e culturais causadas pela chegada da mineradora no município de Juruti. O estudo investigou como as comunidades locais por meio da Associação das comunidades Reunidas de Juruti Velho (ACORJUVE), que foi criada em 2004 para representar as 50 comunidades que fazem parte do PAE Juruti Velho, passaram a administrar os royalties recebidos da Alcoa, que segue um “modelo nativo” que, segundo as autoras, prioriza a solidariedade, reciprocidade e confiança, diferente do modelo proposto pelo Ministério Público, que encorajava o “modelo ideal”, um modo mais burocrático para a administração desses recursos.

A pesquisa destaca que a implantação do projeto de mineração provocou diversos impactos sociais e ambientais naquela região, como o enfraquecimento de práticas de subsistência tradicionais, a dependência crescente de bens e alimentos industrializados, o aumento de conflito interno sobre o uso dos recursos, desigualdades sociais e pressão política para a padronização da administração dos royalties, além da pressão sofrida pelo Ministério Público para a criação de uma fundação para administração desses valores. As autoras destacam que a comunidade mantém a sua autonomia, não adotando o modelo sugerido pelo MP. Em conclusão, as autoras afirmam que o caso de Juruti Velho revela formas próprias de organização social e resistência cultural das comunidades tradicionais frente à expansão da mineração na Amazônia.

5.2.3 “A configuração da mineração e o ordenamento territorial nos municípios de Juruti e Santarém na Amazônia brasileira”, de Ricardo Theophilo Folhes, Otávio do Canto Lopes, Daniel Sombra, Marília Gabriela Lobato (2022).

Este artigo, publicado em 2022 na Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, analisa de forma crítica os impactos sociais da mineração na Amazônia, sobretudo em Juruti e Santarém, com foco sobre sua relação com o planejamento territorial e as comunidades tradicionais. Os autores exploram a forma como a empresa Alcoa tem causado conflitos territoriais com as comunidades que vivem no Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Juruti Velho. A pesquisa descreve a incoerência entre o modelo econômico minerário, direcionado ao acúmulo de capital, e o abrigo das populações tradicionais que defendem seus modos de vida.

O artigo retoma o histórico da definição de desenvolvimento no Brasil e na Amazônia desde a década de 1950, argumentando que o crescimento econômico relacionava progresso à industrialização e exploração de recursos naturais, fortalecendo a dependência regional. Os autores abordam que nos anos de 1970, com a ditadura militar e a polamazônia, a Amazônia foi transformada em espaços de grandes projetos minerários, como em Carajás e na região do Rio Trombetas, que provocaram desmatamento e deslocamento populacional. Os autores citam que PAEs e Projetos de Assentamento Estadual Agroextrativista (PEAEX) foram criados como instrumentos de reconhecimento fundiário coletivo e proteção ambiental. No Baixo Amazonas, entre 2005 e 2006, o INCRA criou 49 PAE, entre eles o PAE Juruti Velho e o PAE Lago Grande, com milhares de famílias.

Os autores afirmam que a mineração na Amazônia não contribuiu para um desenvolvimento local sustentável. Embora gere PIB e infraestrutura, não diminuiu as desigualdades sociais e nem garante o bem-estar das comunidades. O conceito de “desenvolvimento sustentável” se mostra mais uma retórica do que uma realidade, já que a lógica extrativista transforma o território em mercadoria e impõe modelos externos às populações tradicionais.

5.2.4 “Projeto de Desenvolvimento Rural no município de Juruti (PA): Estudo de caso da Comunidade São Pedro”, de Isabela Andrade de Castro, João Santos Nahum (2014).

Publicado em 2014, este artigo analisa os projetos de desenvolvimento rural realizados pela mineradora Alcoa na comunidade São Pedro, no município de Juruti-PA, após a implementação do projeto Mina Juruti que é um empreendimento da Alcoa para a extração de bauxita no oeste do Pará, com foco na mineração sustentável. O texto debate como as operações compensatórias propostas pela empresa prejudicaram o modo de vida das comunidades locais e revela a incoerência de um modelo de crescimento imposto. Os autores abordam que desde meados do século XX, a Amazônia

vem sendo vista como lugar de exploração de recursos naturais e que com a chegada da mineradora em Juruti, em 2004, houve grandes transformações econômicas, sociais e territoriais. A comunidade de São Pedro, que vivia da pesca, da agricultura familiar e do extrativismo, passou a lidar com a presença direta da empresa e seus impactos.

Os autores analisam a formação de três projetos direcionados para o desenvolvimento rural da comunidade São Pedro, todos vinculados direta ou indiretamente à Mineradora. O primeiro é o Projeto Pajiroba (2006-2011), criado pelo Instituto Cidadania Empresarial ICE) que é uma organização sem fins lucrativos brasileira que articula empresários, investidores e filantropos para promover a inovação social e reduzir a pobreza no país. . O projeto Pajiroba tinha como objetivo implantar agricultura consorciada (mandioca e milho) e incentivar o trabalho coletivo entre famílias. Também introduziu o sistema agrícola bragantino, da EMBRAPA, que substitui o corte e queima por práticas ditas mais sustentáveis. O segundo é o Projeto de criação de galinhas poedeiras (2010–2011). Tinha como meta gerar renda e autonomia produtiva, mas também foi abandonado pela maioria das famílias após poucos meses. As dificuldades de gestão, baixa renda e falta de assistência técnica impediram sua continuidade. O último projeto analisado é a Unidade Demonstrativa da EMATER (2010–2013). O projeto conduzido pela EMATER implantou uma área experimental de plantio consorciado de curauá, banana e cumaru, visando à recuperação do assentamento Socó I e ao uso de sistemas agroflorestais (SAFs). Entretanto, a falta de suporte técnico e logístico da prefeitura levou ao abandono quase total da iniciativa.

Os autores concluem que todos os projetos apresentaram falhas estruturais por serem planejados de forma diferente do que os povos tradicionais costumam fazer, e defendem que toda a criação de projetos deve partir da realidade das comunidades locais, valorizando o conhecimento tradicional.

5.2.5 “Mineração na Amazônia e impactos na nascente da microbacia do rio água boa em Juruti”, de Edilson Santarem Marturano, Edivim Gomes da Silva, Odilane dos Santos e Ronilton Bastos (2016).

Este artigo, publicado na revista Geonorte, faz uma análise dos impactos socioambientais e culturais causados pelo Projeto Juruti da mineradora Alcoa, com foco na construção da ferrovia do projeto na nascente do igarapé São Pedro, na microbacia do rio Água Boa, próximo à comunidade São Pedro. Esse estudo foi feito com base em entrevistas realizadas com moradores da localidade, em um trabalho de campo dos autores no ano de 2011, por meio de análise documental, buscando entender como a construção da ferrovia alterou o meio físico e social da comunidade.

Os resultados apontaram para uma série de impactos negativos, como a destruição da mata ciliar, erosão e assoreamento da nascente do igarapé (que tinha diversas utilidades para as comunidades como, por exemplo, para a lavagem de roupas, tomar banho e também para fazer comida), e a perda da qualidade da água com alteração da cor. Foram também relatados impactos relacionados à movimentação de terras, cortes e aterros causados pela construção da mineradora e a seca total da nascente. Os autores fazem críticas às falhas nos planos de mitigação e controle ambiental da empresa, que classificou os impactos como “temporários e reversíveis”, sendo que a nascente apresentou seca prolongada e a vegetação nunca se recuperou plenamente. Os autores concluem que a presença da mineradora em Juruti representa a continuidade de um projeto de desenvolvimento excludente e degradador.

5.2.6 “Juruti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração”, de João Marcio Palheta da Silva e Christian Nunes da Silva (2016).

Este estudo discute o crescimento demográfico que a cidade de Juruti teve após a implantação da mineradora, mostrando os impactos sociais causados pela alteração da dinâmica de uma cidade que subsiste tradicionalmente da caça e pesca para um local dependente da economia mineral. O texto demonstra como o aumento populacional desordenado trouxe sobrecarga aos serviços essenciais públicos como saúde, educação e infraestrutura, demonstrando a incapacidade do poder público de acompanhar a expansão da cidade. Avaliam que a mineradora não deu suporte à prefeitura, tendo essa que arcar com as manutenções e demais gastos sozinha.

A mineração aumentou a arrecadação municipal por meio de tributos como ICMS, CPEN, IPI e FPM, mas o retorno social desses recursos é limitado, não garantindo melhorias em educação, saúde e infraestrutura, mantendo a população em situação de vulnerabilidade. Os autores afirmam, com isso, que há uma má gestão dos recursos.

Com a chegada da mineradora, foi possível identificar também um maior índice de migração para o município de pessoas que moravam em localidades próximas, em busca de oportunidade de emprego. Como a cidade já estava passando por problemas por conta da crescente de moradores, começaram a surgir as invasões de terrenos e proliferação de propriedades privadas. Dessa maneira, a presença da Alcoa alterou a organização do espaço e da economia local, mas sem promover melhorias significativas na vida da população que ainda precisa conviver com a carência na infraestrutura e nos serviços públicos.

5.2.7 “Responsabilidade social na mineração e o ciclo político local”, de Flávia Donadelli, João Paulo Veiga, Rodrigo Brandão e Scott B. Martim (2016).

Este artigo, publicado em março de 2016, explica que a empresa Alcoa utiliza responsabilidade social empresarial como um método de legalidade territorial, que seria uma forma de conquistar a aprovação das comunidades sem obrigatoriamente mudar a realidade social local. Isso seria feito por meio da criação do Projeto Juruti Sustentável, composto pelo Conselho Juruti Sustentável (Conjus), pelo Fundo Juruti Sustentável (Funjus) e pelos indicadores da FGV. Assim, a empresa constrói uma aparência de ação democrática e comunicação aberta, mas, na prática, somente ela toma as decisões e define o rumo do chamado desenvolvimento. Os autores avaliam que esses instrumentos funcionam como um mecanismo de governança: o Conjus atua como um espaço de diálogo que reúne representantes da empresa, do poder público e das comunidades, mas, na prática, organiza a sociedade dentro de uma lógica empresarial; já o Funjus é um fundo financeiro criado para apoiar projetos locais, porém ele acaba financiando iniciativas que fortalecem as ligações institucionais e a imagem da mineradora na região.

Os autores concluem que a responsabilidade social da mineradora em Juruti desempenhou um papel de gestão política de imagem voltada para garantir validade e apoio das comunidades locais. As ações de responsabilidade social não teriam sido capazes de gerar transformações fundamentais no território, mesmo que o Conjus tenha criado um canal formal de diálogo, ele não conseguiu reduzir as diferenças de poder entre a empresa, o governo e as comunidades. Ou seja, a licença social para operar foi alcançada por meio de negociações e controle institucional das relações, e não por meio da operacionalização de uma participação democrática.

5.2.8 “Os polos de Carajás e Juruti na Amazônia oriental: desenvolvimento regional ou industrialização”, de Carina Cipolat e Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte (2021).

Este artigo traça uma linha do tempo dos processos históricos do desenvolvimento da Amazônia desde o Estado Novo (1931), trazendo destaque para a exploração de recursos minerais nos municípios de Juruti e Carajás. Analisando os impactos socioambientais causados pelos dois projetos mineradores, os autores apresentam uma crítica ao modelo de desenvolvimento amazônico e de como diferentes governos têm transformando a Amazônia em um polo de exportação de commodities. Por mais que as grandes mineradoras apresentem projetos de iniciativas sustentáveis, avaliam que há poucas experiências efetivas de sustentabilidade.

Nos dois municípios mencionados, é possível observar que os lucros são controlados externamente e que não trazem melhorias efetivas na vida das comunidades amazônicas. Em Carajás, pode-se observar uma grande extensão de desmatamento, degradação do solo e

contaminação dos recursos hídricos, não se diferenciando do polo minerador instalado em Juruti, que também trouxe muitos impactos às comunidades ao redor. Os autores mencionam os conflitos sociais, o deslocamento das famílias tradicionais e a perda dos territórios e modos de vida. Os projetos apresentam ainda tentativas limitadas de conciliar crescimento com a responsabilidade socioambiental. Os autores concluem que o modelo de desenvolvimento não traz melhorias para a condição de vida das populações, apenas degradação ambiental, desigualdade social e fragilização das comunidades locais.

5.3 Quadro de sistematização dos impactos socioambientais encontrados na revisão de literatura

Impacto descrito	Onde o impacto foi identificado
Assoreamento de igarapés.	Projetos de desenvolvimento rural no município de Juruti (PA): estudo de caso da comunidade de São Pedro. Autores: Isabela Andrade de Castro e João Santos Nahum, 2014.
Perda de áreas de extrativismo e roças tradicionais.	Projetos de desenvolvimento rural no município de Juruti (PA): estudo de caso da comunidade de São Pedro. Autores: Isabela Andrade de Castro e João Santos Nahum, 2014.
Desintegração da independência e da unidade comunitária, a comunidade passou a ser desunida nas tomadas de decisões e em relação de trabalho coletivo.	Projetos de desenvolvimento rural no município de Juruti (PA): estudo de caso da comunidade de São Pedro. Autores: Isabela Andrade de Castro e João Santos Nahum, 2014.
Perda de controle sobre os modos de vida.	Responsabilidade social na mineração e o ciclo político local. Autores: Flávia Donadelli, João Paulo Veiga, Rodrigo Brandão e Scott B. Martim, 2016.
Conflitos pelo uso do território entre comunidades tradicionais e a empresa.	A configuração da mineração e o ordenamento territorial nos municípios de Juruti e Santarém na Amazônia Brasileira. Autores: Ricardo Theophilo Folhes, Otávio do Canto Lopes, Daniel Sombra e Marília Gabriela Lobato, 2022.
Seca do Igarapé São Pedro, turbidez da água e perda de abastecimento.	Mineração na Amazônia e impactos na nascente da microbacia do rio água boa em Juruti. Autores:

	Edilson Santarem Marturano, Edivim Gomes da Silva, Odilane dos Santos e Ronilton Bastos, 2016.
Erosão do solo, assoreamento e perda de ecossistemas.	Mineração na Amazônia e impactos na nascente da microbacia do rio água boa em Juruti. Autores: Edilson Santarem Marturano, Edivim Gomes da Silva, Odilane dos Santos e Ronilton Bastos, 2016.
Expansão urbana desordenada, e criação de bairros periféricos em Juruti.	Os polos de Carajás e Juruti na Amazônia oriental: desenvolvimento regional ou industrialização. Autores: Carina Cipolat, Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte, 2021.
Crescimento da arrecadação municipal sem melhoria dos serviços públicos.	Juruti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração. Autores: João Marcio Palheta da Silva e Christian Nunes da Silva, 2016.
Substituição de práticas ribeirinhas e agrícolas em função da integração dos moradores em empregos e serviços gerados pela mineração.	Os royalties da mineração e o sistema da dádiva em Juruti Velho - Juruti, Pará. Autores: Kátia Demeda e Luciana de Carvalho Gonçalves, 2018.

Fonte: Autoria Própria, 2025.

6. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta revisão integrativa da literatura permitem compreender melhor o modelo minerário estabelecido em Juruti-PA pela Alcoa. Conforme aponta Silva *et al* (2020), as mineradoras apresentam discurso de desenvolvimento sustentável e promessas de desenvolvimento social. Entretanto, essas narrativas mascaram a dependência econômica que foi gerada com o início da mineração, e o aumento das desigualdades. A atividade de mineração é apresentada como condutor de progresso, mas a revisão feita aponta que seus benefícios só recaem a certos grupos populacionais, enquanto os impactos socioambientais prejudicam de maneira generalizada as comunidades tradicionais locais.

Os trabalhos de Nahum (2012), Demeda e Carvalho (2018) e Folhes *et al* (2022), discutem que a implantação da mineradora Alcoa em Juruti causou conflitos territoriais entre as comunidades do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho, destacando que a mineração não é apenas uma ação produtiva, mas uma atividade que altera a organização do lugar e da comunidade, substituindo a antiga economia, sustentada pela agricultura familiar, pela pesca e pelo extrativismo, de maneira que as comunidades passam a ser dependentes da atividade mineradora. A mobilização das comunidades unidas pela Acorjuve mostra o confronto entre duas formas de pensar: de um lado, a forma de viver das comunidades, baseada na autonomia, na ajuda mútua e na troca; do outro, a lógica da empresa focada em produzir lucros.

Com base nesses elementos, podemos perceber o que De Souza e Milanez (2016), denominam como impactos socioambientais: grandes efeitos que vão além do impacto ao meio ambiente, mas materializam disputas por poder e pelo controle dos recursos naturais. A mineração em Juruti é um exemplo claro disso, pois impõe novos usos ao território, debilitando as práticas tradicionais e aumentando as desigualdades sociais, implicando em disputas sobre o uso dos recursos. Os impactos socioambientais não se resumem a destruição da natureza, mas também afetam a cultura local, o modo de vida das populações tradicionais, a organização política das comunidades e sua capacidade de decidir sobre seu próprio território.

É possível relacionar os resultados encontrados na revisão integrativa de literatura aos debates sobre extrativismo e neoextrativismo. Segundo Acosta (2016a), o neoextrativismo é um modelo de desenvolvimento econômico caracterizado pela intensificação da exportação de recursos naturais em grande escala, causando diversos impactos socioambientais nos territórios. Considerando que a atividade mineradora em Juruti apresenta essas características, é possível compreender o caso como um caso de neoextrativismo, evidenciando as contradições do discurso de

desenvolvimento e sustentabilidade. Os impactos reais incluem a degradação ambiental e desigualdade social, como pode-se observar nos estudos de Marturano *et al.* (2012) e Silva, G. R. *et al.* (2020), em que os autores apresentam que, após a implantação do projeto de mineração, foram identificados desmatamento, erosão do solo, contaminação hídrica e seca das nascentes, representando um quadro de injustiça ambiental, já que os impactos recaem sobre as populações vulneráveis, evidenciando que o discurso de responsabilidade ambiental da Alcoa mascara processos de degradação ambiental.

Esses resultados dialogam com a análise feita por Cipolat e Bidarte (2021), que aponta que esses grandes projetos minerais são associados a degradação ambiental, conflitos fundiários e desestruturação do modo de vida. Como pode se observar no estudo de Silva e Silva (2016), a dinâmica da mineradora intensifica os fenômenos de desigualdade social ao fomentar a urbanização desordenada, precarização dos serviços público (como saúde e educação), revelando que o avanço do capital minerador não vem acompanhado de melhorias nos direitos sociais e nem no planejamento urbano.

O artigo de Donadelli *et. al* (2016), constata que a Alcoa utiliza instrumentos como o Conselho Juruti Sustentável (Conjus) e o Fundo Juruti Sustentável (Funjus), para fortalecer sua imagem de uma empresa comprometida com o desenvolvimento da sustentabilidade e o diálogo. Porém, tais mecanismos caracterizam-se como uma técnica de governança empresarial, nas quais a empresa retém o poder das decisões e define o que é entendido como desenvolvimento. A expressão participativa, portanto, invisibiliza a assimetria de poder entre a empresa de mineração, o Estado e as comunidades, gerando uma forma de licença social, estabelecida com base em relações políticas que sejam realmente democráticas que funcionam de forma eficaz. Essa análise converge com o referencial teórico ao destacar que os impactos socioambientais são moldados por instrumentos de controle e legitimação do capital e, neste caso, há forte preponderância da ação empresarial.

De maneira geral, os estudos analisados possibilitam compreender que a mineração em Juruti reproduz características centrais do modelo neoextrativismo: o uso extensivo de recursos naturais e de territórios sob a justificativa de sustentabilidade e progresso. A afluência entre os autores fortalece o argumento de que o chamado desenvolvimento provocado pela mineração não se traduz em melhoria das condições de vida para a maioria da população, mas em uma reestruturação desigual do espaço amazônico, onde o poder econômico impõe-se ao social e ao ambiental. Sendo assim, a vivência de Juruti materializa o que Acosta (2016a) chama de maldição dos recursos naturais: a presença de riqueza minerais, neste caso, longe de gerar riqueza e progresso para os habitantes do lugar, corroboram para a vulnerabilidade e a injustiça social.

7. CONCLUSÃO

A análise dos estudos que compõem este trabalho demonstram que a implantação do Projeto Mina de Juruti, organizado pela Alcoa, retrata um marco importante nas discussões sobre mineração, desenvolvimento regional e a preservação das culturas da Amazônia. A revisão da literatura revela que, embora a mineração tenha trazido mudanças econômicas para a cidade e aumentando a arrecadação do município, seus impactos sociais, territoriais, ambientais e culturais foram bastante complexos e, em muitos aspectos, prejudiciais às comunidades tradicionais da região e principalmente do PAE Juruti Velho.

De maneira geral, as pesquisas mostram que a chegada da mineradora trouxe mudanças profundas na vida das pessoas, particularmente nas comunidades do PAE Juruti Velho e São Pedro. O modelo econômico focado na exportação de commodities aumentou a dependência da região e diminuiu o papel da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca, atividades historicamente responsáveis pela reprodução social dessas comunidades. Com isso, percebe-se que a mineração opera como um evento cartográfico, capaz de reorganizar o território e submeter a dinâmica local aos interesses do capital global.

Essa dinâmica se relaciona diretamente com o que a literatura denomina neoextrativismo, conceito discutido no referencial teórico. O neoextrativismo se caracteriza pela intensificação da exploração de recursos naturais sob o discurso da sustentabilidade, da responsabilidade social e do combate à pobreza, mas mantendo a estrutura colonial de apropriação dos territórios e de submissão das populações locais. O caso de Juruti exemplifica esse modelo, em que mesmo com narrativas de desenvolvimento sustentável, os impactos reais recaem sobre as comunidades tradicionais, enquanto os benefícios econômicos são concentrados e pouco retornam à população. Assim, Juruti expressa de maneira clara as contradições do neoextrativismo, em que a retórica de progresso mascara a degradação ambiental, a desigualdade social e a perda de autonomia territorial.

Os estudos analisados reforçam aspectos que são observados diariamente: apesar de ter trazido benefícios para o município, a mineradora falha com a população Jurutiense, pois mesmo após mais de 10 anos de implantação, ainda falta valorização da população local. Os prometidos benefícios econômicos não recaem sobre a população, na medida em que os principais cargos de alta patente são ocupados por pessoas de fora do município. Observamos que, de modo geral, aos moradores da cidade resta trabalhos terceirizados ou funções temporárias. Enquanto moradores do município, também podemos citar o aumento da criminalidade, um impacto gerado devido à migração e o crescimento desordenado da população e falta de políticas públicas compatíveis com a magnitude dessa expansão. É visível também a desvalorização da produção local, tendo em vista o

aumento do ingresso de alimentos vindos de fora, o que enfraquece as práticas da agricultura familiar local.

Ao final desse estudo, pode-se afirmar que a implantação desse megaprojeto não dialoga com o território. A empresa extrai muito, desenvolve pouco, e o que cabe a população é aceitar essas contradições como se fosse parte natural do processo. Como a revisão demonstrou, os instrumentos participativos demonstram-se esvaziados, na medida em que não são participativos de fato.

8. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016a. p. 31-99.

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M. (org.). *Um convite à utopia* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016b, p. 203-233

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALCOA. Quem nós somos. Disponível em: <https://www.alcoa.com/global/en/who-we-are/history>. Acesso em: 12 set. 2025.

ASSIS, Lucas Lenin Resende. Neoextrativismo, crise climática e resistências na Amazônia: interseções entre história, ecologia e governança. *Revista Aurora*, v. 18, e 025013, 2025.

BOSSI, Dário. A influência do poder econômico da mineração na Amazônia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 20 de Janeiro de 2024. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/influencia-poder-economico-mineracao-amazonia/>, acesso em 17/12/2025.

CIPOLAT, Carina; BIDARTE, Marcos Vinicius Dalagostini. Os polos de Carajás e Juriti na Amazônia oriental: desenvolvimento regional ou industrialização?. *COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 3, jul/set, p. 4-19, 2021.

DE CASTRO, Isabela Andrade; NAHUM, João Santos. Projetos de Desenvolvimento Rural no Município de Juriti (Pa): Estudo de Caso da Comunidade de São Pedro. *Revista GeoAmazônia*, v. 2, n. 04, p. 173-189.

DE SOUZA, Leandro Ricarte Castro; MILANEZ, Bruno. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. *Perspectiva Geográfica*, v. 11, n. 14, p. 2-12, 2016.

DEMEDA, Kátia; CARVALHO, Luciana. Os royalties da mineração e o sistema da dívida em Juruti Velho-Juruti, Pará. *Papers do NAEA*, v. 18, p. 6-8, 2018.

DONADELLI, Flávia; VEIGA, João Paulo; BRANDÃO, Rodrigo; MARTIN, Scott. Responsabilidade social na mineração e o ciclo político local: o caso da alcoa em Juruti (Pará). *RURIS (Campinas, Online)*, Campinas, SP, v. 10, n. 1, 2016.

FERREIRA, Elton Emanuel Costa et al. Uso de Produtos Florestais Não Madeireiros em Projeto de Assentamento Agroextrativista na Amazônia. *Espacios*, v. 37, n. 38, p. 19, 2016.

FOLHES, Ricardo Theophilo et al. A configuração da mineração e o ordenamento territorial nos municípios de Juruti e Santarém na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 11, n. 4, p. 1113-1136, 2022.

GOMIDE, Caroline Siqueira (Ed.). *Dicionário crítico da mineração*. Juíz de Fora: Ed. Iguana, 2018.

MARTURANO, Edilson Santarem; DA SILVA, Edivim Gomes. Mineração na Amazonia e impactos na nascente da microbacia do rio Água Boa em Juruti. *Revista Geonorte*, v. 3, n. 6, p. 1093-1104, 2012.

MILANEZ, Bruno. Mineração e impactos socioambientais: as dores de um país extrativista. In: MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles P. dos (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2016, p. 383-417.

NAHUM, João Santos. Mineração e campesinato no município de Juruti/PA, Brasil. *Mercator-Revista de Geografia da UFC*, v. 11, n. 26, p. 95-108, 2012.

SILVA, Joao Marcio Palheta; SILVA, Christian Nunes. Juriti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração. *GEOgraphia*, v. 18, n. 36, p. 128-148, 2016.

UNESP. *Tipos de Revisão de Literatura*. Botucatu: Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em 17/12/2025.